

## COSMOGRAFIAS, DIMENSÕES E MANIFESTAÇÕES DO CONHECIMENTO INDÍGENA: REFLEXÕES INICIAIS NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO

**Diego Leonardo de Souza Fonseca**

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Estadual de Londrina, Brasil. Bibliotecário-Documentalista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas, Brasil. Brasil.

E-mail: [diego.leonardo@uel.br](mailto:diego.leonardo@uel.br)

**Thais Batista Zaninelli**

Doutora em Engenharia Industrial e Gestão pela Universidade do Porto, Portugal. Professora da Universidade Estadual de Londrina, Brasil.

E-mail: [tbz@uel.br](mailto:tbz@uel.br)

### Resumo

O artigo discute as dimensões e manifestações do conhecimento indígena, ressaltando sua relevância cultural, epistemológica e prática no enfrentamento de desafios globais, como mudanças climáticas e conservação ambiental. O objetivo principal é ampliar a compreensão dessas dimensões, analisando sua estrutura e formas de transmissão com base em uma revisão de escopo bibliográfico, tendo como pano de fundo o âmbito da Ciência da Informação. A pesquisa utiliza dados coletados entre setembro de 2022 e abril de 2024, em bases como Science Direct, Scopus, Google Scholar, Web of Science e SciELO, aplicando descritores relacionados ao tema e critérios de inclusão e exclusão. Os resultados indicam que o conhecimento indígena se organiza em dimensões específicas (física e espiritual), interligadas por práticas técnicas, sociais e culturais que refletem uma visão holística de mundo. A análise aborda as cinco formas de transmissão do conhecimento indígena – oralidade, aprendizagem prática, intergeracionalidade, manifestações e sociocultural – destacando sua importância para a continuidade das tradições. Observa-se no campo da Ciência da Informação alguns estudos que vem tratando sobre a gestão do conhecimento indígena, de modo que o estudo reforça a necessidade de ampliar a investigação sobre o tema, contribuindo para a valorização de epistemologias alternativas e mais inclusivas. Conclui que o reconhecimento e integração dos saberes indígenas ao contexto científico são essenciais para promover abordagens sustentáveis e equitativas, ressaltando a importância de preservar a diversidade cultural e epistêmica dos povos originários.

**Palavras-chave:** conhecimento indígena; conhecimento tradicional; cosmografia indígena; conhecimento – povos originários

### *COSMOGRAPHIES, DIMENSIONS AND MANIFESTATIONS OF INDIGENOUS KNOWLEDGE: INITIAL REFLECTIONS IN INFORMATION SCIENCE*

### Abstract

The article discusses the dimensions and manifestations of indigenous knowledge, highlighting its cultural, epistemological and practical relevance in facing global challenges such as climate change and environmental conservation. The main objective is to broaden the understanding of these dimensions, analyzing their structure and forms of transmission based on a review of the bibliographic scope, against the backdrop of Information Science. The research used data collected between September 2022 and April 2024, in databases such as Science Direct, Scopus, Google Scholar, Web of Science and SciELO, applying descriptors related to the topic and inclusion and exclusion criteria. The results indicate that indigenous knowledge is organized in specific dimensions (physical and spiritual), interconnected by technical, social and cultural practices that reflect a holistic view of the world. The analysis addresses the five forms of transmission of indigenous knowledge - orality, practical learning, intergenerationality, manifestations and sociocultural - highlighting their importance for the continuity of traditions. There

have been a few studies in the field of Information Science dealing with the management of indigenous knowledge, so this study reinforces the need to expand research on the subject, contributing to the valorization of alternative and more inclusive epistemologies. It concludes that recognizing and integrating indigenous knowledge into the scientific context is essential for promoting sustainable and equitable approaches, highlighting the importance of preserving the cultural and epistemic diversity of indigenous peoples.

**Keywords:** indigenous knowledge; traditional knowledge; indigenous cosmography; knowledge - native peoples.

## **1 INTRODUÇÃO**

O conhecimento indígena, expressão singular de cosmovisões enraizadas na interação harmônica entre o ser humano, a natureza e o espiritual, constitui um patrimônio cultural e epistemológico de extrema relevância para a construção e evolução da sociedade. É um tipo de conhecimento reconhecido por sua diversidade e profundidade, abrangendo práticas, valores, técnicas e narrativas que, ao longo de gerações, têm orientado as dinâmicas sociais, ambientais e espirituais de comunidades indígenas em todo o mundo (Parsons; Nalau; Fisher, 2017). Em um contexto contemporâneo, no qual a busca por abordagens sustentáveis e inclusivas ganha cada vez mais destaque, o conhecimento indígena surge como um potencial aliado ao enfrentamento de desafios globais, como as mudanças climáticas, a perda da biodiversidade e a promoção da equidade cultural.

Entretanto, apesar da relevância na discussão sobre o conhecimento indígena na Ciência da Informação, observa-se ainda uma lacuna significativa na produção científica sobre o tema no Brasil. Por um lado, em países africanos, por exemplo, a literatura científica já registra esforços consideráveis na documentação, preservação e aplicação desse saber em contextos locais e globais. Por outro lado, o cenário brasileiro ainda carece de estudos que integrem a riqueza do conhecimento indígena às reflexões e práticas científicas. Essa ausência reflete, em parte, os desafios históricos e estruturais relacionados ao reconhecimento e valorização das culturas indígenas no país. Recentemente, no âmbito do Grupo de Trabalho (GT 4) – Gestão da Informação e do Conhecimento da Associação Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação (ANCIB), alguns estudos sobre a gestão do conhecimento indígena, principalmente no que se refere a discussão sobre modelos e estruturas, tem sido discutido e publicado em anais, como os estudos de Fonseca e Zaninelli (2024) e Gomes, Barbalho e Yanai (2025).

Nesse contexto de reflexão, o presente artigo tem como objetivo principal discutir sobre as dimensões e manifestações do conhecimento indígena, oferecendo reflexões iniciais sobre sua estrutura e formas de transmissão. A partir de uma revisão bibliográfica oriunda de uma jornada de pesquisa realizada durante um estudo de doutorado, busca-se ampliar a compreensão sobre a contribuição dos saberes tradicionais para a Ciência da Informação e para a sociedade como um todo, destacando a relevância desse tipo de conhecimento para o desenvolvimento de pesquisas futuras.

## **2 PRESSUPOSTOS TEÓRICOS**

Esse tópico delineará as bases conceituais e epistemológicas que sustentam este estudo sobre o conhecimento indígena, apresentando teorias e abordagens fundamentais da literatura que investigam suas dimensões, manifestações e formas de transmissão. Primeiramente, serão discutidos conceitos gerais sobre o conhecimento indígena, destacando sua origem, caráter holístico e relação intrínseca com o meio ambiente. Em seguida, serão

exploradas as dimensões física e espiritual, enfatizando como essas categorias estruturam os saberes indígenas de forma integrada, relacionando práticas técnicas, culturais e sociais à cosmovisão espiritual dos povos originários. Também serão discutidos sobre as cosmografias do conhecimento indígena e suas relações entre o cosmos, a práxis e o corpus. Além disso, o referencial teórico trará uma análise sobre os paradigmas de transmissão de conhecimento indígena, incluindo metodologias como a oralidade, os rituais e as narrativas, fundamentadas em estudos que investigam a comunicação e preservação de saberes tradicionais. Por fim, será destacada a relevância desse arcabouço teórico para a Ciência da Informação, argumentando como os estudos sobre a gestão do conhecimento indígena podem ampliar o espectro de investigações sobre epistemologias alternativas e inclusão de saberes diversos no cenário científico.

## 2.1 Conhecimento indígena

O conhecimento indígena pode ser compreendido como um sistema complexo de saberes, práticas, crenças e valores construídos ao longo de gerações, com base na interação direta das comunidades com o ambiente natural e espiritual (Mugabe, 1999; Kaniki; Mphahlele, 2002; Asamoah; Ngulube, 2021). Ele se manifesta em formas técnicas, culturais e sociais que incluem aspectos da vida cotidiana, como agricultura, saúde e governança, bem como em práticas rituais e espirituais profundamente ligadas à cosmovisão indígena (Agyemang; Ngulube; Dube, 2019). Este saber holístico vai além do utilitarismo, abarcando interpretações simbólicas e práticas sustentáveis, sendo frequentemente transmitido por meio da oralidade e das tradições culturais (Mphahlele, 2002).

Segundo Mugabe (1999), o conhecimento indígena pode ser considerado um subconjunto de saberes dentro de um conjunto maior, o conhecimento tradicional<sup>1</sup>. Além disso, ele tem origem na relação ancestral entre os povos indígenas e seus territórios, sendo caracterizado por sua natureza holística e integradora, que engloba dimensões físicas, como a gestão de recursos naturais, e espirituais, como crenças e rituais que conectam o humano ao divino (Kok, 2005). Logo, compreende-se que a interdependência entre as dimensões natural e metafísica reflete-se diretamente em práticas que promovem o equilíbrio ecológico e espiritual, considerando o ambiente como uma entidade viva e interconectada.

Do ponto de vista cultural, o conhecimento indígena é fundamental para a preservação das identidades e tradições das comunidades, haja vista que ele contribui para a manutenção de narrativas históricas, linguagens e práticas simbólicas que promovem a coesão social (Dube, 2019). No campo social, possibilita a construção de modelos de organização comunitária que servem como instrumentos de resiliência frente aos desafios contemporâneos (Burtis, 2009). Cientificamente, o conhecimento indígena é uma fonte rica para o desenvolvimento de tecnologias sustentáveis e políticas públicas, especialmente em áreas como a conservação e proteção ambiental, manejo da biodiversidade e medicina alternativa. Especificamente, na área da Ciência da Informação, está na possível convergência entre as subáreas de pesquisa, tais como: a mediação, os sistemas de organização do conhecimento, e a gestão da informação e do conhecimento.

No que concerne a sua composição, o conhecimento indígena possui estruturas e formas de transmissão que o caracteriza como um corpo de conhecimento único, coletivo e simbiótico (Stevens, 2008). Na contemporaneidade, o conceito de conhecimento indígena tem

---

<sup>1</sup> O termo *conhecimento tradicional e local* é reconhecido como um conjunto complexo de saberes ancestrais que abarca um quantitativo significativo de práxis desenvolvidas ao longo de gerações (intergeracional), transmitido em um ambiente coletivo/comunitário e tendo como principal natureza de compartilhamento a comunicação oral (Stevens, 2008).

sido amplamente redefinido na literatura científica como um sistema epistemológico complexo, dinâmico e relacional, que transcende a noção tradicional de saber local ou empírico, destacando que esse conhecimento deve ser compreendido como um conjunto integrado de práticas, valores, cosmologias e formas de organização social, construído ao longo de gerações e profundamente enraizado na relação entre comunidade, território e natureza. (Walderman; Branova, 2025). Do ponto de vista estrutural, diferem-se das abordagens ocidentais fragmentadas, pois o conhecimento indígena opera a partir de uma lógica holística, na qual dimensões ecológicas, espirituais, sociais e políticas são indissociáveis.

Ainda no campo conceitual, uma das discussões recentes refere-se à ideia de “integração ou articulação de sistemas de conhecimento” (*knowledge bridging*), que propõe a aproximação entre conhecimento indígena e conhecimento científico como forma de enfrentar desafios globais complexos, especialmente nas áreas de sustentabilidade e mudanças climáticas (Sohad; Mafrolla, 2025). Essa integração, no entanto, não deve ocorrer de maneira assimilacionista, mas sim por meio de modelos colaborativos e horizontais, que reconheçam a legitimidade e a autonomia epistemológica dos povos indígenas. Para Sohad e Mafrolla (2025) essa perspectiva tem sido fortalecida por organismos internacionais e políticas globais que defendem a inclusão efetiva dos sistemas de conhecimento indígena na governança ambiental e na tomada de decisões. Em seguida será discutido sobre essas estruturas e formas.

## **2.2 Estruturas e formas de transmissão do conhecimento indígena**

As estruturas e formas de transmissão do conhecimento indígena representam uma complexa rede de práticas, valores e saberes que integram dimensões físicas e espirituais (Asamoah; Ngulube, 2021). Essas dimensões estão interligadas, sendo a física associada a práticas tangíveis, como técnicas agrícolas, manejo de recursos naturais e atividades culturais, enquanto a espiritual está relacionada a crenças, mitos e rituais que conectam o ser humano ao sagrado (Kok, 2005).

No contexto das formas de transmissão do conhecimento indígena, a partir de alguns estudos, identificam-se cinco principais modalidades: a transmissão oral, a aprendizagem prática, a transmissão intergeracional, a difusão por meio de manifestações e a transmissão sociocultural (Mundy; Lioidy-Laney, 1992; Mundy; Compton, 1991; Manashi; Parhi, 2011; Mundy, 1993). Essas formas de transmissão utilizam diversos meios de difusão, como canais informais, técnicas e serviços, rituais e cerimônias, danças, músicas, relações comunitárias e familiares e poesias e narrativas orais (Mundy; Lioidy-Laney, 1992; Mundy, 1993).

A Figura 1, adiante, apresenta uma ilustração das inter-relações entre as formas de transmissão e os meios de difusão do conhecimento indígena.

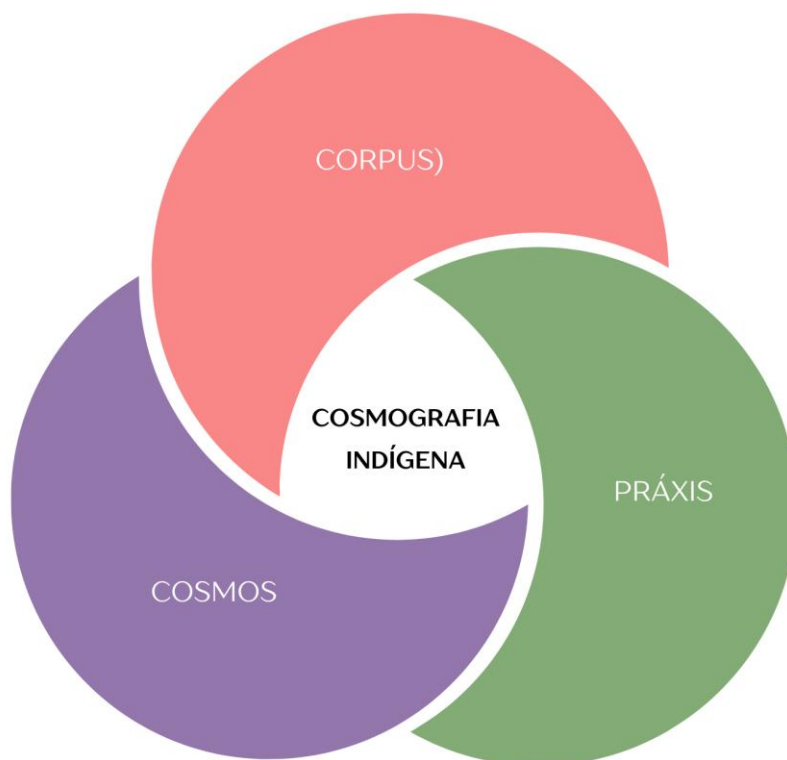
A transmissão oral é central, envolvendo histórias, cantos e lendas que passam de geração em geração, como ocorre, por exemplo, entre os povos Tuyuka, cuja narrativa combina ensinamentos históricos e espirituais (Dutra, 2010). A aprendizagem prática complementa esse processo, por meio da observação e participação em atividades como a caça e a coleta de plantas medicinais (Mundy, 1993). A transmissão sociocultural promove práticas que dialogam com a comunidade mais ampla, fortalecendo a identidade coletiva e social dos povos indígenas (Manashi; Parhi, 2011). Por fim, a transmissão intergeracional garante a continuidade cultural ao conectar idosos e jovens, enquanto manifestações como rituais e danças reforçam o vínculo comunitário (Mundy; Compton, 1991).



refletem a forma como as comunidades compreendem sua existência, seu território e suas interações com outros humanos e com o ambiente natural, compondo, assim, um conhecimento estruturado e dinâmico.

Nesse contexto, essas cosmografias estão representadas nos três aspectos estruturais do conhecimento indígena, a saber: cosmos, corpus e práxis (Figura 2):

**Figura 2** – Aspectos estruturais da cosmografia indígena



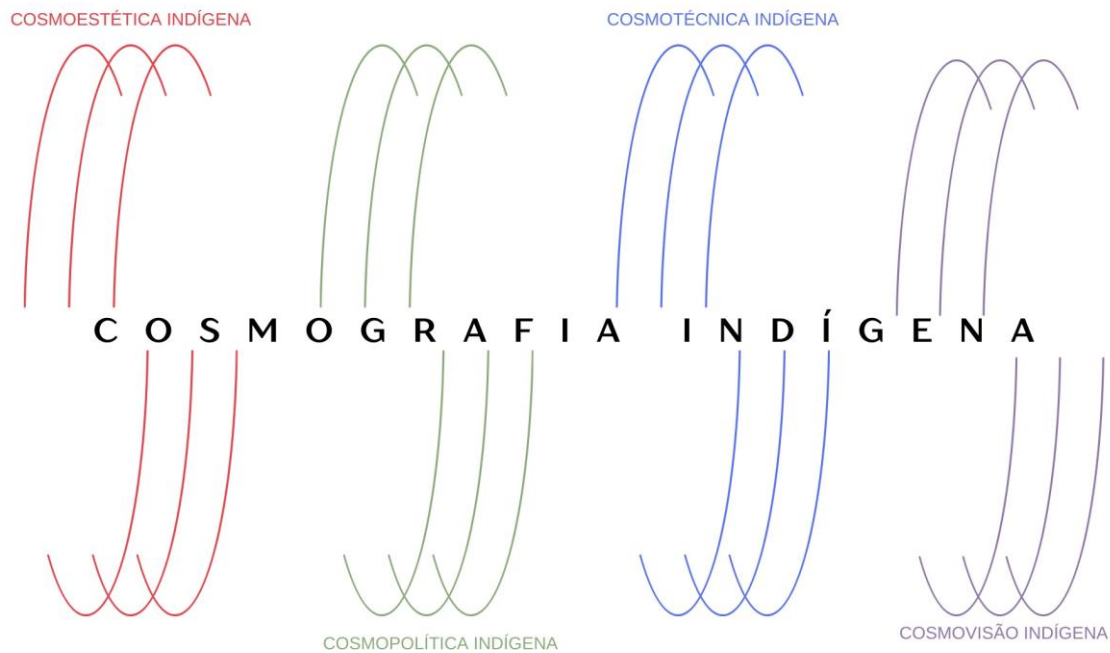
Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

A estrutura do conhecimento indígena, frequentemente abordada em termos de cosmos, corpus e práxis, reflete elementos essenciais das cosmografias. O cosmos refere-se às concepções do universo e da espiritualidade, englobando crenças sobre a origem da vida, a natureza, os espíritos e as interações com o sagrado. O corpus representa o corpo de conhecimentos acumulados, documentados ou transmitidos oralmente, como os saberes sobre flora, fauna, práticas agrícolas e medicinais. Já a práxis diz respeito à aplicação desses conhecimentos no cotidiano, como nas técnicas de manejo sustentável, rituais, artesanato e organização social.

Dentro da concepção da cosmografia indígena, ressalta-se alguns modelos complexos que expressam e manifestam a compreensão da origem do mundo e do universo a partir de suas interpretações com base na sua visão da vida (Funai, 2022). A cosmoestética indígena, por exemplo, representa o modo de compreensão das práticas cotidianas de experiência com a floresta, os animais, a natureza, por meio da captura de sensações manifestada em rituais, ornamentações, canções e experimentações xamânicas (Pallotta, 2017). A cosmopolítica indígena (etnopolítica indígena) corresponde a uma vertente de pensamento construída a partir de uma visão de formação política que repensa as práticas e interpretações das fronteiras impostas pelos modelos tradicionais ocidentais e sobrepõe a política praticada pelos povos indígenas (De la Cadena, 2020). A cosmotécnica indígena, por sua vez, representa os

conhecimentos tecnológicos produzidos e experimentados pelos povos indígenas que são manifestados em suas práticas e tecnologias sociais (Carvalho, 2022), sendo baseado em uma visão que estabelece a tecnologia e a cultura como componentes indissociáveis (Hui, 2020). Já a cosmovisão indígena engloba toda a base filosófica de compreensão dos povos indígenas sobre a vida, a natureza, a criação e a relação com a espiritualidade a partir de suas crenças e tradições (Geertz, 1930). A figura 3 ilustra as inter-relações na cosmografia indígena.

**Figura 3 – Modelos complexos da cosmografia indígena**



Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

As cosmografias indígenas podem variar conforme as particularidades culturais, geográficas e históricas de cada povo. Elas incluem aspectos mitológicos, territoriais, espirituais e práticos, integrando todos os elementos que sustentam a visão de mundo de cada etnia. Na Amazônia, os Yanomami apresentam uma cosmografia que relaciona diretamente a floresta, os espíritos e a saúde. Para esse povo, o "xapiri" (espíritos) são mediadores entre o mundo humano e espiritual, influenciando a caça, a coleta de plantas medicinais e os rituais de cura (Gomes; Kopenawa, 2015). Essa cosmografia enfatiza a conexão simbiótica entre humanos e não humanos, reforçando o conceito de interdependência e equilíbrio.

A cosmografia Tukano<sup>2</sup> (Omerô), por exemplo, ilustra essa inter-relação, destacando elementos como mitologias, benzimentos e rituais que estruturam tanto a espiritualidade quanto as práticas cotidianas, como a agricultura e a medicina tradicional (Barreto et al. 2018; Barreto, 2022). Os Tukano integram o rio, os animais e a floresta em um sistema harmônico que explica tanto a origem do mundo quanto as práticas cotidianas, como a pesca e os rituais, e consideram o rio como um elemento central da organização espacial e espiritual, sendo visto como uma "via do cosmos", conectando territórios terrestres e celestes (Hugh-Jones, 2017).

<sup>2</sup> É um conjunto de narrativas míticas, simbologias, elementos e traços da cultura do povo Tukano (vivem na região noroeste da Amazônia, no Brasil, e na Colômbia) que compõe a construção dos cosmos (Barreto et al. 2018).

Os Guarani-Kaiowá, do Centro-Oeste brasileiro, apresentam uma cosmografia que destaca a conexão entre a terra ("tekoha") e a espiritualidade (Ortiz; Machado, 2019). Para eles, a terra não é apenas o espaço de habitação, mas também o lugar sagrado onde a vida espiritual se manifesta.

Segundo Kok (2005), a compreensão indígena do mundo abrange uma visão de totalidade, em um contexto em que o espiritual e o material estão intrinsecamente conectados. Já estudos de Parsons, Nalau e Fisher (2017) argumentam que as cosmografias indígenas são fundamentais para práticas sustentáveis, uma vez que refletem uma relação de respeito e interdependência com a natureza. Viveiros de Castro (1996) destaca a importância das cosmografias indígenas na compreensão das epistemologias nativas, argumentando que elas oferecem perspectivas inovadoras sobre a interação entre natureza e cultura. A concepção de "perspectivismo ameríndio", proposta pelo autor, evidencia como os indígenas constroem suas cosmografias a partir de uma lógica relacional, onde humanos, animais e espíritos compartilham atributos e se transformam uns nos outros.

### 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos adotados neste estudo fundamentam-se em uma abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, operacionalizada por meio de uma revisão de escopo (scoping review), amplamente reconhecida na literatura científica contemporânea como adequada para mapear, sistematizar e analisar campos de conhecimento ainda em consolidação teórica. Tal escolha metodológica justifica-se pela complexidade e amplitude do objeto investigado, uma vez que o conhecimento indígena envolve múltiplas dimensões (culturais, sociais, espirituais e epistemológicas) que demandam uma análise abrangente e integradora, especialmente no contexto da Ciência da Informação.

A revisão de escopo foi conduzida no âmbito de uma pesquisa mais ampla vinculada a uma investigação de doutorado, tendo como objetivo identificar, organizar e analisar criticamente a produção científica acerca das dimensões, estruturas e formas de transmissão do conhecimento indígena. Essa abordagem permite não apenas a identificação de lacunas na literatura, mas também o reconhecimento de tendências emergentes e perspectivas teóricas relevantes, contribuindo para o avanço do campo investigado.

A coleta de dados ocorreu inicialmente entre setembro de 2022 e abril de 2024, sendo posteriormente atualizada até o primeiro trimestre de 2026, com o objetivo de incorporar produções mais recentes e garantir a atualidade dos achados. Foram utilizadas bases de dados científicas reconhecidas pela relevância e abrangência, incluindo Scopus, Web of Science, ScienceDirect, SciELO e Google Scholar. A inclusão do Google Scholar possibilitou ampliar o alcance da busca, contemplando também literatura cinzenta e produções acadêmicas não indexadas em bases tradicionais, o que se mostra particularmente relevante em estudos que envolvem saberes tradicionais e indígenas. A estratégia de busca resultou na identificação inicial de 86 registros na Scopus, 74 na Web of Science, 39 na SciELO, 112 no Google Scholar e 58 no Portal CAPES, totalizando 369 estudos potencialmente relevantes. Após a exportação para gerenciador de referências e a remoção de duplicidades, restaram 247 registros únicos para a etapa de triagem.

A estratégia de busca foi estruturada a partir da utilização de descritores em português e inglês, combinados por meio de operadores booleanos (AND, OR, NOT), com o intuito de refinar os resultados e assegurar maior precisão na recuperação dos estudos. Entre os principais termos utilizados destacam-se: "conhecimento indígena" AND "formas de transmissão", "indigenous knowledge" AND "knowledge transmission", "traditional knowledge systems" OR "ancestral knowledge", "indigenous cosmographies" AND "sustainability practices", bem como "cultural dimensions" NOT "non-indigenous studies". Além disso, foram



empregadas variações semânticas, sinônimos e truncamentos, visando ampliar a sensibilidade da busca e reduzir possíveis vieses de seleção.

Para a seleção dos estudos, foram estabelecidos critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram incluídos artigos científicos revisados por pares, publicados em português ou inglês, que abordassem diretamente o conhecimento indígena, suas dimensões, manifestações, estruturas ou formas de transmissão, no período compreendido entre 2010 e 2026, admitindo-se, de forma complementar, a inclusão de obras clássicas anteriores consideradas fundamentais para a compreensão teórica do tema. Por outro lado, foram excluídos estudos duplicados, publicações não revisadas por pares (salvo literatura cinzenta de reconhecida relevância), trabalhos que não apresentassem aderência ao objeto de estudo e pesquisas centradas exclusivamente em contextos não indígenas.

O processo de seleção dos estudos foi conduzido de forma sistematizada, inspirado nas diretrizes do protocolo PRISMA-ScR, envolvendo as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão. Inicialmente, realizou-se o levantamento dos estudos nas bases selecionadas, seguido da leitura de títulos e resumos para verificação da aderência aos critérios estabelecidos. Posteriormente, os estudos potencialmente relevantes foram submetidos à leitura na íntegra, possibilitando uma análise mais aprofundada.

Na etapa de triagem, os registros identificados foram exportados para um gerenciador de referências (Zotero), onde foram removidas as duplicidades. Em seguida, procedeu-se à leitura dos títulos e resumos, com aplicação de critérios de inclusão e exclusão previamente definidos. Foram incluídos estudos científicos completos, publicados em periódicos revisados por pares, dissertações e teses, que abordassem diretamente a temática da gestão ou valorização do conhecimento indígena. Foram excluídos documentos sem acesso ao texto completo, estudos duplicados, resumos simples e produções que não apresentassem aderência temática.

Na fase de elegibilidade, os textos selecionados na triagem foram analisados na íntegra, considerando aspectos como relevância temática, rigor metodológico e contribuição para o campo de estudo. Essa etapa permitiu refinar o corpus da pesquisa, garantindo maior consistência analítica. Para assegurar maior confiabilidade, recomenda-se que a seleção seja realizada por, no mínimo, dois revisores independentes, com resolução de divergências por consenso.

Na etapa de inclusão, os estudos elegíveis compuseram a amostra final da revisão. A partir desses trabalhos, foi realizada a extração dos dados por meio de um instrumento estruturado, contemplando variáveis como autoria, ano de publicação, objetivos, abordagem metodológica, principais resultados e contribuições para a gestão do conhecimento indígena. Os dados foram organizados em quadros sintéticos e analisados por meio de abordagem qualitativa, com técnica de análise temática, permitindo identificar categorias emergentes, lacunas na literatura e tendências contemporâneas do campo. Ademais, como atualização metodológica para o ano de 2026, destaca-se o uso de ferramentas digitais de apoio à revisão, como softwares de triagem automatizada e inteligência artificial (Rayyan), que auxiliou na organização, rastreabilidade e transparência do processo.

A extração dos dados foi realizada por meio de um protocolo estruturado, contemplando informações como autoria, ano de publicação, objetivos, abordagem metodológica, principais conceitos abordados, dimensões do conhecimento indígena analisadas e contribuições para a Ciência da Informação. Esses dados foram organizados em matrizes analíticas, o que possibilitou a comparação entre os estudos e a identificação de padrões, convergências e lacunas na literatura.

A análise dos dados foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo temática, permitindo a categorização e interpretação dos achados em eixos analíticos relacionados às dimensões do conhecimento indígena (física e espiritual), às formas de

transmissão e às cosmografias indígenas. Esse processo possibilitou a construção de uma síntese interpretativa crítica, articulando os resultados empíricos com o referencial teórico adotado no estudo. Ao final dessas etapas, foram identificados 28 estudos, dos quais 14 atenderam integralmente aos critérios definidos e foram selecionados para compor o corpus analítico da pesquisa.

No que se refere ao rigor metodológico, buscou-se garantir a confiabilidade e a transparência da pesquisa por meio da descrição detalhada das etapas metodológicas, da utilização de múltiplas bases de dados, da definição clara dos critérios de seleção e da atualização da busca até 2026. Contudo, reconhecem-se algumas limitações, como a possibilidade de não inclusão de estudos publicados em outros idiomas ou em bases não acessadas, bem como a subjetividade inerente às análises qualitativas. Ainda assim, considera-se que os procedimentos adotados conferem consistência e robustez aos resultados apresentados, contribuindo de forma significativa para a compreensão do conhecimento indígena no campo da Ciência da Informação.

#### 4 DIMENSÕES E MANIFESTAÇÕES DO CONHECIMENTO INDÍGENA

O conhecimento indígena, enquanto sistema holístico de saberes, pode ser compreendido em três fases principais: (1) geração, (2) posse e (3) transmissão. A geração refere-se à criação ou surgimento do conhecimento, que ocorre por meio de experiências práticas, revelações espirituais ou interação com o meio ambiente. A posse é o momento em que o conhecimento é apropriado e mantido por indivíduos ou grupos que assumem o papel de guardiões desse saber, garantindo sua preservação. Chigwada *et al.* (2025) enfatizam a importância dos princípios de governança de dados indígenas, especialmente os modelos CARE (Collective Benefit, Authority to Control, Responsibility, Ethics), que asseguram o controle comunitário sobre a produção, uso e disseminação dos saberes. Por fim, a transmissão é o processo que assegura a continuidade do conhecimento, frequentemente realizado de forma oral ou por práticas intergeracionais, manifestações culturais e relações sociocomunitárias (Stevens, 2008). Essas três fases demonstram a fluidez e a complexidade do ciclo de conhecimento nos contextos indígenas.

Além dessas três fases clássicas, a literatura mais recente propõe a ampliação analítica para uma quarta dimensão: a integração e co-produção do conhecimento, na qual saberes indígenas e científicos dialogam de forma colaborativa. Conforme analisam Sohad e Mafrolla (2025), essa perspectiva do conhecimento indígena é fundamental para a formulação de políticas públicas, gestão ambiental e planejamento territorial, pois tende a promover modelos mais inclusivos e sustentáveis. Esse processo, denominado “*braiding knowledge*” (entrelaçamento de saberes), pressupõe relações horizontais, respeito epistemológico e participação ativa das comunidades indígenas na produção do conhecimento. Já Bi, Yuan e Ni (2025) mencionam sobre uma possível quinta dimensão, referindo-se a inovação sociotecnológica indígena, que envolve o uso estratégico de tecnologias para fortalecer a autonomia, a preservação cultural e a gestão do conhecimento. Nesse contexto, destaca-se a necessidade de desenvolver ecossistemas digitais sustentáveis e confiáveis para o armazenamento e circulação dos saberes indígenas, garantindo segurança, rastreabilidade e respeito aos direitos coletivos.

À luz da literatura, o conhecimento indígena se organiza em duas dimensões centrais: a física e a espiritual. A dimensão física, também denominada de natural ou humana, compreende aspectos práticos, como técnicas de manejo agrícola, pesca, caça e a organização social. Já a dimensão espiritual, ou divina, envolve crenças, cosmovisões e práticas rituais que conectam os povos indígenas a elementos transcendentais, como o cosmos e as forças espirituais (Parsons; Nalau; Fisher, 2017).

No que se refere aos aspectos epistemológico-ontológicos do conhecimento indígena, a literatura vem tratando essas “dimensões espirituais” como “outros humanos”, de modo que essa terminologia simboliza com maior aprofundamento as relações dos povos indígenas com os diferentes elementos que unem os povos indígenas com a sua cosmologia (Watts-Powless, 2017). O termo "outros humanos" pode ser considerado mais representativo, ao reconhecer a relação de conexão e harmonia que os povos indígenas mantêm com elementos naturais, como florestas, rios e animais. Esses seres são vistos como partes integrantes da vida humana, em oposição à visão dicotômica ocidental que frequentemente os classifica como "não humanos". A substituição desse termo reflete uma tentativa de superar categorias eurocêntricas que separam o humano do meio ambiente, reconhecendo a coexistência e interdependência desses elementos na cosmovisão indígena.

Nesse sentido, compreende-se que essas dimensões não são compartimentos estanques, mas se entrelaçam profundamente, refletindo a visão holística de mundo compartilhada por muitos povos indígenas (Figura 4):

Figura 4 – Dimensões do conhecimento indígena



Fonte: Elaborada pelos autores (2024)

Com base no exposto e conforme ressaltado anteriormente nas formas e meios de difusão do conhecimento indígena, cada dimensão encapsula diferentes aspectos das manifestações e aplicações do saber indígena, refletindo, portanto, a visão holística e integradora que os povos indígenas possuem sobre o mundo.

A dimensão espiritual (outros humanos) enfoca a manifestação do conhecimento indígena em um plano metafísico, profundamente conectado às crenças espirituais e à cosmovisão das comunidades indígenas. Essa dimensão, caracterizada pela cosmovisão ou pela espiritualidade, engloba mitos, rituais e práticas filosófico-religiosas. Ela se diferencia da

dimensão física por interpretar a vida, a morte e a natureza de uma maneira que contrasta com a visão ocidental (Kok, 2005; Parsons; Nalau; Fisher, 2017). Enquanto a visão ocidental frequentemente compartimenta o físico e o espiritual, os povos indígenas os enxergam como aspectos interligados de uma realidade maior.

A dimensão física (humano), abrange todos os aspectos do conhecimento indígena aplicados de forma prática e humana. Esses aspectos incluem componentes técnicos, culturais e sociais (Kok, 2005), definidos como: (1) Conhecimento técnico, (2) Conhecimento cultural e (3) Conhecimento social. O Conhecimento técnico refere-se a práticas específicas de manejo dos recursos naturais, como a agricultura, caça, pesca e uso de plantas medicinais. Esses saberes demonstram a relação íntima entre as comunidades indígenas e seus ecossistemas. O Conhecimento cultural compreende os valores, tradições, mitos, rituais e expressões artísticas que constroem a identidade e a coesão cultural da comunidade. Já o Conhecimento social trata das interações e dinâmicas sociais, como a maneira pela qual o conhecimento é compartilhado e transmitido nas comunidades, promovendo a continuidade das tradições, sobretudo por meio da intergeracionalidade.

Observa-se que as dimensões física e espiritual não são excludentes, mas complementares, pois elementos da espiritualidade (como a cosmovisão) podem também influenciar práticas culturais e sociais, de modo que isso reflete a complexidade e profundidade do conhecimento indígena, que vai além de um sistema de saberes técnico ou religioso e se posiciona como uma filosofia de vida integradora e interconectada.

A análise das dimensões e manifestações aponta para uma epistemologia que transcende as barreiras da racionalidade ocidental e que reconhece as interconexões entre o humano e os "outros humanos" para uma compreensão sistêmica dos povos indígenas, permitindo construir um diálogo mais amplo entre diferentes sistemas de conhecimento. O fortalecimento dessas perspectivas no âmbito da Ciência da Informação pode abrir caminhos para abordagens mais integradas e sustentáveis, que respeitem e promovam a pluralidade epistêmica do mundo contemporâneo.

Nesse sentido, trazendo essa reflexão na Ciência da Informação, especificamente no Brasil, estudos iniciais têm se debruçado sobre a gestão do conhecimento indígena como um espectro de pesquisa promissor (Fonseca; Zaninelli, 2024; Barbalho; Inomata, 2024), enquanto que em outros países algumas pesquisas já estão avançando na construção e aplicação de modelos de gestão de conhecimento indígena (Thorpe et al., 2001; Sorsa; Haro; Kamaru, 2021; Nawarathne, 2013). Esse campo busca compreender as dinâmicas e fluxos de conhecimento que permeiam os povos originários, incluindo formas de preservação, disseminação e aplicação prática de seus saberes.

Observa-se também a propositura de alguns modelos conceituais de gestão de conhecimento indígena (já aplicados) desenvolvidos em consonância com cenários de possíveis perdas do conhecimento ancestral em algumas comunidades indígenas. Esses estudos estão sendo desenvolvidos na Ciência da Informação, especialmente na Biblioteconomia, Documentação e Museologia (Kolawole, 2014, 2022; Nawarathne, 2013), juntamente com outras áreas que envolvem a Tecnologia da Informação, Botânica e Linguística (Flor, 2015; Hunter, 2005).

No que se refere ao surgimento de dimensões emergentes, uma das principais refere-se à integração entre conhecimento indígena e conhecimento científico, considerada atualmente um dos eixos centrais da gestão do conhecimento. Sohad e Mafrolla (2025) apontam que a articulação entre esses sistemas permite a construção de soluções mais eficazes e contextualizadas, principalmente em setores como agricultura, saúde e gestão ambiental. Nesse sentido, a integração não deve ocorrer de forma hierárquica, mas sim por meio de processos colaborativos e horizontais, valorizando os saberes locais como igualmente legítimos. Essa perspectiva dialoga com uma segunda dimensão relevante: a cocriação e

coprodução do conhecimento. Na pesquisa de Danielsen *et al.* (2026) observou-se que modelos de gestão baseados na coprodução promovem maior legitimidade, inclusão e eficácia na tomada de decisões, especialmente em contextos de gestão de recursos naturais. A chamada “coavaliação do conhecimento” tem sido destacada como estratégia promissora para integrar múltiplos saberes, respeitando os contextos culturais e fortalecendo a governança participativa.

Além disso, destaca-se a dimensão da decolonização do conhecimento, que tem ganhado centralidade nas discussões acadêmicas recentes. Ojha e Venkateswaran (2025) apontam a necessidade de romper com paradigmas eurocêtricos que historicamente marginalizaram os saberes indígenas, promovendo uma abordagem pluriversal, que reconheça a coexistência de múltiplos sistemas de conhecimento. Essa perspectiva contribui para redefinir os modelos tradicionais de gestão do conhecimento, incorporando valores como coletividade, oralidade e territorialidade. No campo educacional, observa-se uma crescente valorização do conhecimento indígena como ferramenta pedagógica e formativa. Abas *et al.* (2026) demonstram que a inserção desses saberes na educação ambiental contribui para o desenvolvimento de práticas educativas mais críticas, contextualizadas e voltadas para a sustentabilidade. No entanto, ainda persistem problemas relacionados à institucionalização desses conhecimentos, incluindo resistência acadêmica, apropriação indevida e práticas superficiais de inclusão.

No contexto das transformações digitais, emerge também a discussão sobre a digitalização e preservação do conhecimento indígena, associada ao uso de tecnologias como inteligência artificial, bancos de dados digitais e plataformas colaborativas (Bi; Yuan; Ni, 2025). Embora essas tecnologias ofereçam oportunidades para ampliar a visibilidade e a preservação dos saberes tradicionais, estudos recentes alertam para riscos relacionados à apropriação indevida, perda de controle e violação da soberania de dados indígenas. Assim, a gestão do conhecimento indígena contemporânea incorpora o conceito de governança ética dos dados, defendendo que as comunidades indígenas devem manter controle sobre a coleta, uso e disseminação de seus conhecimentos.

Nesse contexto, é importante ressaltar que a valorização do conhecimento indígena nesse campo de estudo, é especialmente relevante, considerando sua contribuição para questões contemporâneas, como a sustentabilidade, a conservação da biodiversidade, os problemas envolvendo questões climáticas e a formulação de políticas públicas mais inclusivas e culturalmente respeitadas.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base nas reflexões apresentadas neste artigo, é importante destacar a relevância de explorar e compreender as dimensões e manifestações do conhecimento indígena, cuja estrutura e composição refletem uma visão de mundo profundamente interconectada e multifacetada.

Os resultados da análise apontaram que o conhecimento indígena se desdobra em duas dimensões principais: a física, que abrange práticas técnicas, culturais e sociais diretamente ligadas à sobrevivência e coesão comunitária, e a espiritual, que representa a cosmovisão, crenças e filosofias de vida desses povos. Essas dimensões não são isoladas, mas interligadas, reforçando a noção de que os saberes indígenas operam em um sistema holístico de relação entre humanos, natureza e espiritualidade.

A discussão sobre as manifestações e formas de transmissão do conhecimento indígena evidencia a riqueza cultural e epistemológica desses povos. Métodos como a oralidade, rituais, narrativas e práticas sociais demonstram como o saber indígena é perpetuado, mantendo-se resiliente diante dos desafios impostos pela modernidade. Nesse

sentido, a terminologia revisada, como "outros humanos" em vez de "não humano", reflete um avanço conceitual que reconhece a interdependência e a igualdade dos elementos da natureza com os humanos, como enfatizado pelas cosmovisões indígenas.

Na perspectiva da Ciência da Informação, este estudo reforça a necessidade de ampliar as pesquisas sobre os fluxos, estruturas e dinâmicas do conhecimento indígena. Esses saberes podem enriquecer discussões sobre gestão do conhecimento, preservação cultural e sustentabilidade, além de oferecer paradigmas alternativos para enfrentar desafios globais, como a crise ambiental e as desigualdades sociais. Desse modo, reconhecer a validade e importância do conhecimento indígena mostra-se essencial para desconstruir epistemologias coloniais e incluir perspectivas mais diversas e inclusivas no campo científico.

Por fim, é relevante reiterar que este artigo é parte de uma pesquisa mais abrangente, o que sugere caminhos futuros para investigações mais aprofundadas sobre o tema. Ao contribuir para o debate acadêmico, espera-se estimular uma maior valorização e inclusão do conhecimento indígena na produção científica, sobretudo na área da Ciência da Informação, promovendo um diálogo interdisciplinar que respeite e integre os povos originários no contexto científico-acadêmico.

## REFERÊNCIAS

- ABAS, A.; AWANG, A.; RAHMAN, A. H. A.; SAJID, S. A systematic literature review on the integration of indigenous knowledge in environmental education. **Environmental Education Research**, [s.l.], p. 1–33, 2026. DOI: 10.1080/13504622.2026.2628214.
- AGYEMANG, Beatrice K.; NGULUBE, Patrick; DUBE, Luyanda. Utilising knowledge management methods to manage beads-making indigenous knowledge among the Krobo communities in Ghana. **SAJIM (Online)**, v.21, n.1, p.1-9, 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.4102/sajim.v21i1.1008>.
- ASAMOAH, Catherine; NGULUBE, Patrick. Exploring models for the management of indigenous knowledge in academic libraries of Ghana. **Information Development**, p.1-11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1177/02666669211052928>.
- BARBALHO, Célia Regina Simonetti; INOMATA, Danielly Oliveira. Gestão do conhecimento indígena. In: PINTO, Marli Dias de Souza; SILVA, Elaine da; MOTA, Francisca Rosaline Leite (org.). **Gestão da Informação, Gestão do Conhecimento, Inovações e Sustentabilidade: aproximações necessárias**. Maceió: Edufal, Fapeal, 2024. p. 79-93.
- BARRETO, João Paulo Lima; AZEVEDO, Dagoberto Lima; MAIA, Gabriel Sodré; SANTOS, Gilton Mendes dos; DIAS JR., Carlos Machado; BELO, Ernesto; BARRETO, João Rivelino Rezende; FRANÇA, Lorena. **Omerô: Constituição e circulação dos conhecimentos Yepamahsã (Tukano)**. Manaus-AM: EDUA, 2018.
- BARRETO, João Paulo Lima. Descolonização do pensamento: um caminho possível de reflexividade indígena. In: SOUZA, Lauriene Seraguza Olegário; PEREIRA, Levi Marques (org.). **Etnologia guarani: diálogos e contribuições**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2022. p. 145-159.
- BI, Siguo; YUAN, Xin; NI, Wei. **Building sustainable and trustworthy indigenous knowledge preservation ecosystem**. 2025. Disponível em: <https://arxiv.org/abs/2504.17281>. Acesso em: 18 abr. 2026.

CARVALHO, Pedro Henrique Varioni de. Antropofagia como cosmotécnica, uma abordagem arqueológica. **SOLETRAS – Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística**, n. 44, p. 6-30, 2022.

CHIGWADA, J.; MAPARA, J.; NGULUBE, P.; CHABVUTAGONDO, T. Influence of Indigenous data governance principles on Indigenous knowledge management: lessons from the Southern African Intangible Cultural Heritage **Project. IFLA Journal**, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1177/03400352251331471>.

DANIELSEN, Finn; et al. Bridging knowledge systems to guide natural resource decision-making. *Trends in Ecology & Evolution (TREE)*, v.41, n.3, p. 185-189, 2026. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.tree.2025.12.009>.

DE LA CADENA, Marisol. Cosmopolítica indígena nos Andes: reflexões conceituais para além da “política”. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, Campinas, SP, v. 2, p. e019011, 2020. DOI: 10.20396/maloca.v2i.13404.

DUTRA, Israel Fontes. **Xamanismo Uhtãpinõponã**: princípios dos rituais de pajelanças e do ser pajé Tuyuka. 2010. 237 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

FLOR, Alexandre G. **Design, Development and Testing of an Indigenous Knowledge Management System Using Mobile Device Video Capture and Web 2.0 Protocols**. [Report - GIZ Environment and Rural Development Program]. 2015. DOI:10.13140/RG.2.1.4292.4961. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/276926314\\_Design\\_Development\\_and\\_Testing\\_of\\_an\\_Indigenous\\_Knowledge\\_Management\\_System\\_Using\\_Mobile\\_Device\\_Video\\_Capture\\_and\\_Web\\_2\\_0\\_Protocols?channel=doi&linkId=555c2a9908ae6aea08173362&showFulltext=true](https://www.researchgate.net/publication/276926314_Design_Development_and_Testing_of_an_Indigenous_Knowledge_Management_System_Using_Mobile_Device_Video_Capture_and_Web_2_0_Protocols?channel=doi&linkId=555c2a9908ae6aea08173362&showFulltext=true). Acesso em: 11 dez. 2024.

FONSECA, D.L.S.; ZANINELLI, T. B. Modelos conceituais de Gestão do Conhecimento Indígena: uma discussão na Ciência da Informação. **Transinformação**, v. 36, e2410685, 2024.

FONSECA, Diego Leonardo de Souza; ZANINELLI, Thaís Batista. Etnoconhecimento e gestão do conhecimento indígena: um briefing dos modelos africanos. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 24., 2024, Vitória. **Anais eletrônicos [...]** Vitória: PPGCI/UFES, 2024. ISSN 2177-3688. Disponível em: <https://enancib.ancib.org/index.php/enancib/xxivenancib/paper/viewFile/2608/1876>. Acesso em: 18 abr. 2026.

FUNDAÇÃO NACIONAL DO ÍNDIO. **Cultura**: Mitos e cosmologias compõem aspectos importantes das tradições indígenas. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/cultura-mitos-e-cosmologias-compoem-aspectos-importantes-das-tradicoes-indigenas>. Acesso em: 11 dez. 2024.

GEERTZ, Clifford. **The Interpretation of Cultures**: Selected Essays. New York: Basic Books, 1973.

GOMES, Marcos Roberto de Souza; BARBALHO, Célia Regina Simonetti; YANAI, Angela Emi. Gestão do conhecimento indígena para o artesão: proposta de um modelo para artesãos

amazônicas. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 168–183, 2025. DOI: 10.22478/ufpb.2236-417X.2025v15n3.77465. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/pgc/article/view/77465>. Acesso em: 18 abr. 2026.

GOMES, Ana Maria R.; KOPENAWA, Davi. Cosmo segundo os Yanomami: hutukara e urihi. **Revista da UFMG**, Belo Horizonte, v. 22, n. 1 e 2, p. 142–159, 2016. DOI: 10.35699/2316-770X.2015.2743. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/revistadaufmg/article/view/2743>. Acesso em: 3 dez. 2024.

HUGH-JONES, Stephen. As Plêiades e Escorpião na Cosmologia Barasana. **Revista Antropológicas**, ano 21, v.28, n.1, p.8-40, 2017. DOI: <https://doi.org/10.51359/2525-5223.2017.231438>.

HUI, Y. **Tecnodiversidade**. Tradução: Humberto do Amaral. São Paulo: Ubu, 2020.

HUNTER, Jane. The Role of Information Technologies in Indigenous Knowledge Management. **Australian Academic & Research Libraries**, v. 36, n.2, p.109-124, 2005. DOI: [10.1080/00048623.2005.10721252](https://doi.org/10.1080/00048623.2005.10721252).

KANIKI, Andrew M.; MPHAHLELE, M. E. Kutu. Indigenous knowledge for the benefit of all: can knowledge management principles be used effectively? **The South African Journal of Library and Information Science**, v.68, n.1, p. 1-15, 2002.

KOK, Andrew. Can models for knowledge management be successfully implemented to manage the diversity of indigenous knowledge? **SA Journal of Information Management**, v.7, n.4, p.1-12, 2005. DOI: 10.4102/sajim.v7i4.286.

KOLAWOLE O. Dare. Repositioning local knowledge in development initiatives. In: ALVARES C. (org.). **Multicultural knowledge and the university. Multiversity and Citizens International**. 2014. p. 251-258.

KOLAWOLE, O. Dare. Is local knowledge peripheral? The future of indigenous knowledge in research and development. **AlterNative: An International Journal of Indigenous Peoples**, v.18, n.1, p. 132-140, 2022. <https://doi.org/10.1177/11771801221088667>.

LUCIANO, Gersem dos Santos. **O índio brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos tradicionais indígenas no Brasil**. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

OJHA, A. K.; VENKATESWARAN, R. T. Indigenous Indian management: decolonizing management knowledge in India. **Decision**, v. 52, p. 149–153, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1007/s40622-025-00441-3>

ORTIZ, R. I.; MACHADO, A. M. Cosmovisão Guarani, Terena e Kaiowá do Território Indígena Jaguapirú e Bororo: Coexistência entre Eu, Tu, Nós e os Outros agentes da história e da memória. **Tellus**, [S. l.], v. 19, n. 40, p. 213–231, 2019. DOI: 10.20435/tellus.v19i40.618.

MANASHI, Mohanty; PARHI, Pritishri. Folk and traditional media for rural development: a powerful tool for rural development. **Journal of Communication**, v.2, n.1, p.41-47, 2011.



Disponível em: <http://www.krepublishers.com/02-Journals/JC/JC-02-0-000-11-Web/JC-02-1-000-11-Abst-PDF/JC-02-1-041-11-022-Mohanty-M/JC-02-1-041-11-022-Mohanty-M-Tt.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MUGABE, John. **Intellectual property protection and traditional knowledge**: an exploration in international policy discourse. Nairobi: WIPO, 1999. 30 p. Disponível em: [https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo\\_unhchr\\_ip\\_pnl\\_98/wipo\\_unhchr\\_ip\\_pnl\\_98\\_4.pdf](https://www.wipo.int/edocs/mdocs/tk/en/wipo_unhchr_ip_pnl_98/wipo_unhchr_ip_pnl_98_4.pdf). Acesso em: 15 nov. 2024.

MUNDY, Paul. **Indigenous knowledge and communication**: current approaches. Journal of the Society for International Development. 1993. Disponível em: <http://irawan.lecture.ub.ac.id/files/2016/09/Indigenous-Knowledge-and-Communication-Current-Approaches-Mundy-1993.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2024.

MUNDY, Paul; COMPTON, L. Indigenous communication and indigenous knowledge. **Development communication report**, v. 74, n. 3, p. 1 – 3, 1991.

MUNDY, Paul; LLOYD-LANEY, Megan. **Indigenous communication. Appropriate Technology**, v.19. n.2, p. 1-8, 1992.

NAWARATHNE, Dilina J. Model\_isi: Development a Model for Indigenous Knowledge Managment (Desenvolvimento de um modelo para gestão do conhecimento indígena). In: CONFERENCE: ENGINEERING AND TECHNOLOGY, INTERNATIONAL SCIENCE INDEX, INDUSTRIAL AND MANUFACTURING ENGINEERING. [S.l. S.n.]. **Anais [...]** 2013. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/335174268\\_Model\\_isi\\_Developing\\_a\\_Model\\_for\\_Indigenous\\_Knowledge\\_Management/citations](https://www.researchgate.net/publication/335174268_Model_isi_Developing_a_Model_for_Indigenous_Knowledge_Management/citations). Acesso em: 22 nov. 2024.

PALLOTTA, Julien. Cosmoestética e cosmopolítica indígena a partir do caso yanomami. **Revista Latinomaericana del Colegio Internacional de Filosofia**, v.10, n.2, p. 1-15, 2017.

PARSONS, Meg; NALAU, Johanna; FISHER, Karen. Alternative Sustainability Perspectives: Indigenous Knowledge and Methodologies. **Challenges in Sustainability**, v.5, n.1, p.7-14, 2017. DOI: 10.12924/cis2017.05010007.

SOHAD, Muhammad Kazim Nur; MAFROLLA, Elisabetta. Bridging science and society: the integration of indigenous and scientific knowledge management. **Journal of Knowledge Management**, 2025. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S1367327025000353>. Acesso em: 18 abr. 2026.

SORSA, Tesfaye T.; HARO, Jara M.; KAMARU, Sadik A. signing Indigenous Knowledge Management Model for Gadaa System: Rule-based Knowledge Representation Approach. **Journal of Indigenous Knowledge and Development Studies**, v.2, n.2, p. 1-20, 2021.

STEVENS, Amanda. A different way of knowing: tools and strategies for managing indigenous knowledge. **Libre**, v.58, p.25-33, 2008.

THORPE, Natasha; HAKONGAK, Naikak; EYEGETOK, Sandra; ELDERS, Qitirmiut. **Tuktu and Nogak Project**: A Caribou Chronicle. Canada: Indian and Northern Affairs Canada, 2001.

Disponível em: [https://www.gov.nt.ca/ecc/sites/ecc/files/wkss\\_tuktu\\_nogak\\_2001.pdf](https://www.gov.nt.ca/ecc/sites/ecc/files/wkss_tuktu_nogak_2001.pdf). Acesso em: 19 nov. 2024.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. Os pronomes cosmológicos e o perspectivismo ameríndio. **Mana**, v. 2, n.2, p. 115-143, 1996. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-93131996000200005>.

WALDERMAN, Ava; BRANOVA, Shaundra. Indigenous knowledge: connecting data, land and story. **American Society for Microbiology**, 2025. Disponível em: <https://asm.org/articles/2025/november/indigenous-knowledge-connecting-data,-land-and-sto>. Acesso em: 18 abr. 2026.

WATTS-POWLESS, V. Lugar-pensamento indígena e agência de humanos e não-humanos (a primeira mulher e a mulher céu embarcam numa turnê pelo mundo europeu!). **Espaço Ameríndio**, Porto Alegre, v. 11, n. 1, p. 250, 2017. DOI: 10.22456/1982-6524.72435. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/EspacoAmerindio/article/view/72435>. Acesso em: 22 nov. 2024.

---

Recebido em/Received: 24/02/2025 | Aprovado em/Approved: 24/08/2026

---

### **Declaração de Autoria e Responsabilidade**

**Concepção e elaboração do estudo:** Diego Leonardo de Souza Fonseca; Thaís Batista Zaninelli

**Análise e interpretação de dados:** Diego Leonardo de Souza Fonseca

**Redação:** Diego Leonardo de Souza Fonseca; Thaís Batista Zaninelli

**Revisão crítica do manuscrito:** Diego Leonardo de Souza Fonseca; Thaís Batista Zaninelli

### **Declaração de uso da Inteligência Artificial**

Durante a preparação deste artigo, a autoria, declara que:

(X) utilizou a seguinte ferramenta de IA *Perplexity* para fins de revisão da redação final do texto. Após o uso desta ferramenta, a autoria revisou e editou o conteúdo em conformidade com o método científico e assume total responsabilidade pelo conteúdo da publicação.

( ) não utilizou ferramenta de IA